

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI Nº 0019452281/2023 - SED.URC

1 - NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**1.1 - Da necessidade**

Há a necessidade precípua de preservar as estruturas físicas das unidades escolares das condições climáticas, diga-se aqui, das ações das águas da chuva, evitando-se assim a deteriorização no que se refere as rachaduras, infiltrações e corrosões.

Muitos dos danos estruturais de prédios são resultados direto da ação da água e da ausência de calhas eficientes.

A instalação de calhas d'água auxiliam na prevenção de danos à estruturas ajudam a direcionar a água da chuva para longe da fundação do edifício, evitando infiltrações e danos à estrutura. Isso é especialmente importante em regiões com fortes chuvas ou solos propensos a erosão.

Estes serviços possuem características operacionais para o desenvolvimento do ensino, pois o uso de calhas, rufos, pingadeira e condutor na construção, evita a formação de umidade nas paredes que provocam a formação de mofo e fungos na pintura e rápida decomposição da estrutura de alvenaria, como também evitar o apodrecimento do beiral do telhado e a danificação de pisos e calçadas ocasionadas por buracos feitos pelos pingos de água que caem do telhado.

Importante ressaltar, que os rufos são acessórios de cobertura que evitam infiltrações nas juntas entre paredes e telhados, sendo que, a não utilização deste acessório implica na sujeira preta (mofo e fungos) que ocorre nas paredes, podendo causar infiltrações de água e até danificar o reboco.

Vale lembrar, que tais serviços são essenciais, devido à importância em proporcionar uma maior segurança e resguardar a durabilidade, garantindo proteção contra eventos nocivos aos que estão expostos, em virtude do elevado índice pluviométrico do Município, agravando a situação por problemas de infiltração nas unidades escolares.

Além da preservação da estrutura física, temos ainda a necessidade de fornecer segurança aos usuários destas unidades, uma vez que sabemos do poder destrutivo da incidência da água em estruturas prediais ao longo do tempo, bem como do mofo e fungos na saúde dos alunos e servidores que ficam períodos extensos nas salas de aula.

Nesse sentido, é dever do Município zelar pelo seu patrimônio e pela segurança e saúde dos usuários, organizando os serviços inerentes à manutenção dos equipamentos públicos em geral, pela proteção e pelos reparos necessários, todavia, a não realização desses serviços necessários, podem ocasionar danos irreparáveis e de difícil reparação aos alunos e funcionários das unidades escolares, em virtude das constantes adequações de urgência, e na importância de realizar reparos, consertos, e a execução de serviços que podem melhorar as condições físicas da escola, ou seja, combater a degradação física precoce (desgaste, deterioração) assegurando a durabilidade prevista, conforme as normas em vigor da Vigilância Sanitária, no tocante à adequação, segurança, higiene e a salubridade dos espaços pedagógicos.

No mais o Contrato/Ata de Registro de Preço (0012996021) oriundos do Pregão Eletrônico nº 341/2022 do referido objeto deste processo se encerra no final do corrente ano e, para suprir a demanda destes serviços nas Unidades atendidas pela Secretaria de Educação a presente contratação se faz necessária.

Resumidamente a necessidade a ser atendida é garantir a preservação da estrutura física das unidades escolares (evitando-se infiltrações, rachaduras, mofo, fungos) e corrosão do solo com o impacto direto da água no solo, direcionando-se adequadamente a água oriunda das chuvas.

No mais os serviços objeto da presente contratação são caracterizados como comuns, conforme previsto no art. 55, inc. II da Lei nº 14.133/2021.

1.2 - Da(s) meta(s) / estratégia(s) do PME

Destaque-se ainda que, a presente aquisição vêm alinhada com as estratégias 7.5 e 7.16, da Meta 7 do Plano Municipal de Educação, Lei Municipal nº. 8.043/2015 que estabelece:

7.5. formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar; [...]

7.16. assegurar a todas as escolas públicas de educação básica o acesso à energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com

2 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES, ACOMPANHADA DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE

2.1 - Para a presente contratação, a estimativa das quantidades foram obtidas considerando-se:

- a) Quantidade de unidades administradas pela Secretaria de Educação;
- b) Metragens de calhas que as unidades possuem;
- c) Metragens médias dos telhados;
- d) Tipo de telhado;
- e) Quantitativos da última contratação oriundas do **Pregão Eletrônico nº 341/2022**;
- f) Eventuais acréscimos devido ao aumento das unidades escolares (seja de inaugurações, ampliações, reformas, etc);
- g) Prazo previsto para a contratação.

2.2 - Sendo que, para o presente caso, fora assim estimado:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	DENOMINAÇÃO	DESCRIPTIVO
1	1.500	und	12292 - BOCAL RETANGULAR EM ALUMÍNIO, INSTALADO	Chapa espessura 0,7mm, corte 250 mm
2	1.000	und	12293 - BOCAL RETANGULAR EM ALUMÍNIO, INSTALADO	Chapa espessura 0,7mm, corte 280 mm
3	225	und	12294 - BOCAL RETANGULAR EM ALUMÍNIO, INSTALADO	Chapa espessura 0,7mm, corte 330 mm
4	350	und	12289 - CABECEIRA PARA CALHAS DE BEIRAL EM ALUMÍNIO, INSTALADA	Chapa espessura 0,7mm, corte 250 mm
5	225	und	12290 - CABECEIRA PARA CALHAS DE BEIRAL EM ALUMÍNIO, INSTALADA	Chapa espessura 0,7mm, corte 280 mm
6	225	und	12291 - CABECEIRA PARA CALHAS DE BEIRAL EM ALUMÍNIO, INSTALADA	Chapa espessura 0,7mm, corte 330 mm
7	2.000	metro	12221 - CALHA CUMEEIRA ONDULADA PARA TELHA 6MM EM ALUMÍNIO INSTALADA	Chapa espessura 0,7mm, corte 500mm
8	2.000	metro	12222 - CALHA CUMEEIRA ONDULADA PARA TELHA 6MM EM ALUMÍNIO INSTALADA	Chapa espessura 0,7mm, corte 600mm
9	2.000	metro	12223 - CALHA CUMEEIRA ONDULADA PARA TELHA 6MM EM ALUMÍNIO INSTALADA	Chapa espessura 0,7mm, corte 700mm
10	2.000	metro	12224 - CALHA CUMEEIRA ONDULADA PARA TELHA 6MM EM ALUMÍNIO INSTALADA	Chapa espessura 0,7mm, corte 800mm
11	150	metro	11610 - CALHA DE BEIRAL EM ALUMÍNIO INSTALADA	Chapa espessura 0,7 mm, corte 250mm com suporte
12	150	metro	11611 - CALHA DE BEIRAL EM ALUMÍNIO INSTALADA	Chapa espessura 0,7 mm, corte 280 mm com suporte
13	2.750	metro	12211 - CALHA DE BEIRAL EM ALUMÍNIO INSTALADA	Chapa espessura 0,7 mm, corte 300mm com suporte
14	2.000	metro	11612 - CALHA DE BEIRAL EM ALUMÍNIO INSTALADA	Chapa espessura 0,7 mm, corte 330 mm com suporte
15	225	metro	12212 - CALHA DE BEIRAL EM ALUMÍNIO INSTALADA	Chapa espessura 0,7 mm, corte 350mm com suporte

16	1.750	metro	12213 - CALHA DE BEIRAL EM ALUMÍNIO INSTALADA	Chapa espessura 0,7 mm, corte 400mm com suporte
17	1.500	metro	12207 - CALHA DE FECHAMENTO DE FACHADA EM ALUMÍNIO INSTALADA	Chapa espessura 1 mm, corte 500mm
18	1.500	metro	12208 - CALHA DE FECHAMENTO DE FACHADA EM ALUMÍNIO INSTALADA	Chapa espessura 1 mm, corte 700mm
19	1.500	metro	12209 - CALHA DE FECHAMENTO DE FACHADA EM ALUMÍNIO INSTALADA	Chapa espessura 1 mm, corte 800mm
20	1.750	metro	12210 - CALHA DE FECHAMENTO DE FACHADA EM ALUMÍNIO INSTALADA	Chapa espessura 1 mm, corte 1000mm
21	100	metro	11633 - CALHA PARA ÁGUA FURTADA EM ALUMÍNIO INSTALADO	Chapa espessura 0,7mm, corte 250 mm com suporte
22	100	metro	11634 - CALHA PARA ÁGUA FURTADA EM ALUMÍNIO INSTALADO	Chapa espessura 0,7mm, corte 280 mm com suporte
23	150	metro	11635 - CALHA PARA ÁGUA FURTADA EM ALUMÍNIO INSTALADO	Chapa espessura 0,7mm, corte 330 mm com suporte
24	1.000	metro	11636 - CALHA PARA ÁGUA FURTADA EM ALUMÍNIO INSTALADO	Chapa espessura 0,7mm, corte 400 mm com suporte
25	1.500	metro	11637 - CALHA PARA ÁGUA FURTADA EM ALUMÍNIO INSTALADO	Chapa espessura 0,7mm, corte 450 mm com suporte
26	1.500	metro	12052 - CALHA PARA ÁGUA FURTADA EM ALUMÍNIO INSTALADA	Chapa espessura 0,7mm, corte 500 mm com suporte
27	2.000	metro	11999 - CALHA PARA ÁGUA FURTADA EM ALUMÍNIO INSTALADO	Chapa espessura 0,7mm, corte 600 mm com suporte
28	800	metro	12000 - CALHA PARA ÁGUA FURTADA EM ALUMÍNIO INSTALADO	Chapa espessura 0,7mm, corte 900 mm com suporte
29	150	metro	12002 - CALHA PARA ÁGUA FURTADA EM ALUMÍNIO INSTALADO	Chapa espessura 0,7mm, corte 1200 mm com suporte
30	1.500	metro	12206 - CALHA PLATIBANDA EM ALUMÍNIO INSTALADA	Chapa espessura 0,7 mm, corte 400mm com suporte
31	200	metro	12299 - CALHA PLATIBANDA EM ALUMÍNIO INSTALADA	Chapa espessura 0,7 mm, corte 450mm com suporte
32	1.500	metro	12300 - CALHA PLATIBANDA EM ALUMÍNIO INSTALADA	Chapa espessura 0,7 mm, corte 500mm com suporte
33	275	metro	11626 - CONDUTOR EM ALUMÍNIO RETANGULAR INSTALADO	Chapa espessura 0,7mm, corte 250 mm
34	200	metro	11627 - CONDUTOR EM ALUMÍNIO RETANGULAR INSTALADO	Chapa espessura 0,7mm, corte 280 mm
35	300	metro	11628 - CONDUTOR EM ALUMÍNIO RETANGULAR INSTALADO	Chapa espessura 0,7mm, corte 330 mm
36	80	und	12255 - COTOVELO 45° EM ALUMÍNIO RETANGULAR, INSTALADO	Chapa espessura 0,7mm, corte 250 mm
37	80	und	12256 - COTOVELO 45° EM ALUMÍNIO	Chapa espessura

37	80	und	RETANGULAR, INSTALADO	0,7mm, corte 280 mm
38	80	und	12257 - COTOVELO 45° EM ALUMÍNIO RETANGULAR, INSTALADO	Chapa espessura 0,7mm, corte 330 mm
39	150	und	12252 - COTOVELO 90° EM ALUMÍNIO RETANGULAR, INSTALADO	Chapa espessura 0,7mm, corte 250 mm
40	150	und	12253 - COTOVELO 90° EM ALUMÍNIO RETANGULAR, INSTALADO	Chapa espessura 0,7mm, corte 280 mm
41	150	und	12254 - COTOVELO 90° EM ALUMÍNIO RETANGULAR, INSTALADO	Chapa espessura 0,7mm, corte 330 mm
42	80	und	12258 - CURVA 75° EM ALUMÍNIO RETANGULAR, INSTALADO	Chapa espessura 0,7mm, corte 250 mm
43	80	und	12259 - CURVA 75° EM ALUMÍNIO RETANGULAR, INSTALADO	Chapa espessura 0,7mm, corte 280 mm
44	80	und	12260 - CURVA 75° EM ALUMÍNIO RETANGULAR, INSTALADO	Chapa espessura 0,7mm, corte 330 mm
45	80	und	12295 - EMENDA COM BOCAL RETANGULAR EM ALUMÍNIO, INSTALADO	Chapa espessura 0,7mm, corte 250 mm
46	80	und	12296 - EMENDA COM BOCAL RETANGULAR EM ALUMÍNIO, INSTALADO	Chapa espessura 0,7mm, corte 280 mm
47	80	und	12297 - EMENDA COM BOCAL RETANGULAR EM ALUMÍNIO, INSTALADO	Chapa espessura 0,7mm, corte 330 mm
48	80	metro	11620 - PINGADEIRA EM ALUMÍNIO INSTALADO	Chapa espessura 0,7mm, corte 250 mm
49	750	metro	11619 - PINGADEIRA EM ALUMÍNIO INSTALADO	Chapa espessura 0,7mm, corte 280 mm
50	200	metro	11621 - PINGADEIRA EM ALUMÍNIO INSTALADO	Chapa espessura 0,7mm, corte 330 mm
51	1.000	metro	12218 - PINGADEIRA EM ALUMÍNIO INSTALADA	Chapa espessura 0,7mm, corte 350 mm
52	1.000	metro	12219 - PINGADEIRA EM ALUMÍNIO INSTALADA	Chapa espessura 0,7mm, corte 400 mm
53	1.500	metro	12220 - PINGADEIRA EM ALUMÍNIO INSTALADA	Chapa espessura 0,7mm, corte 500 mm
54	750	metro	11630 - RUFO CAPA EM ALUMÍNIO INSTALADO	Chapa espessura 0,7mm, corte 250 mm
55	80	metro	11631 - RUFO CAPA EM ALUMÍNIO INSTALADO	Chapa espessura 0,7mm, corte 280 mm
56	150	metro	11632 - RUFO CAPA EM ALUMÍNIO INSTALADO	Chapa espessura 0,7mm, corte 330 mm
57	200	metro	11613 - RUFO EXTERNO EM ALUMÍNIO INSTALADO	Chapa espessura 0,7mm, corte 250 mm
58	200	metro	11614 - RUFO EXTERNO EM ALUMÍNIO INSTALADO	Chapa espessura 0,7mm, corte 280 mm
59	200	metro	11615 - RUFO EXTERNO EM ALUMÍNIO INSTALADO	Chapa espessura 0,7mm, corte 330 mm
60	2.000	metro	12217 - RUFO EXTERNO EM ALUMÍNIO INSTALADO	Chapa espessura 0,7mm, corte 350 mm
61	300	metro	12214 - RUFO INTERNO EM ALUMÍNIO	Chapa espessura

61	500	metro	INSTALADO	0,7mm, corte 200 mm
62	400	metro	11616 - RUFO INTERNO EM ALUMÍNIO INSTALADO	Chapa espessura 0,7mm, corte 250 mm
63	500	metro	11617 - RUFO INTERNO EM ALUMÍNIO INSTALADO	Chapa espessura 0,7mm, corte 280 mm
64	2.000	metro	12215 - RUFO INTERNO EM ALUMÍNIO INSTALADO	Chapa espessura 0,7mm, corte 300 mm
65	400	metro	11618 - RUFO INTERNO EM ALUMÍNIO INSTALADO	Chapa espessura 0,7mm, corte 330 mm
66	300	metro	12216 - RUFO INTERNO EM ALUMÍNIO INSTALADO	Chapa espessura 0,7mm, corte 350 mm
67	80	und	12286 - TERMINAL PARA CALHAS DE BEIRAL EM ALUMÍNIO INSTALADA	Chapa espessura 0,7mm, corte 250 mm
68	80	und	12287 - TERMINAL PARA CALHAS DE BEIRAL EM ALUMÍNIO INSTALADA	Chapa espessura 0,7mm, corte 280 mm
69	150	und	12288 - TERMINAL PARA CALHAS DE BEIRAL EM ALUMÍNIO INSTALADA	Chapa espessura 0,7mm, corte 330 mm
70*	35.000	metro	18172 - REPARO DE CALHA EM CHAPA DE ALUMÍNIO E=0,7MM	

2.3 - Documentação suporte

Contratações anteriores, processos SEI 21.0.096791-0, 20.0.047354-1, 19.0.100843-3.

3 – ESTIMATIVA PRÉVIA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

3.1 - Os valores estimados para a contratação, bem como suas memórias de cálculo estão discriminados no presente processo, após a conclusão da pesquisa de preços, o qual deverá estar compatível com o histórico de contratações anteriores.

3.2 - No entanto, de início, estima-se a contratação no valor de **RS 5.300.000,00**;

3.3 - Via de regra, o valor estimado foi baseado no preço do último Pregão Eletrônico n.º 341/2022, com eventual acréscimo de 40% por cento para crescimento da demanda.

3.4 - Quanto ao sigilo do valor estimado da contratação e dos parâmetros utilizados para calcular o valor estimado da contratação no Termo de Referência

De início, por oportuno destacar que, o "sigilo" quanto ao valor estimado, bem como quanto aos parâmetros utilizados para a formação do valor, frise-se que é apenas quando de sua fase preparatória, considerando que, entre os parâmetros permitidos para composição do valor estimado da contratação há a "pesquisa direta com fornecedores", que poderão ser influenciados com qualquer tipo de indicação de valor preliminar previsto à contratação, podendo prejudicar a lisura de pesquisa de mercado do processo, e por consequência da futura competitividade do certame licitatório.

Neste sentido, segundo o Ronny Charles L. Torres "quando uma das partes disponibiliza essa informação (sobre o preço máximo que admite pagar ou o preço mínimo que admite vender) à parte contrária, esta última passa a deter certa vantagem no processo de negociação." (Orçamento sigiloso e a potencial vantagem econômica na Contratação Pública. Disponível em: <https://ronnycharles.com.br/orcamento-sigiloso-e-a-potencial-vantagem-economica-na-contratacao-publica/>. Acesso em: 03. jul. 2023).

Sobre o tema, o mesmo doutrinador prossegue:

Assim, em uma licitação para a contratação de determinado serviço, quando a Administração informa previamente o preço máximo que aceita pagar, ela cria um incentivo econômico para que o fornecedor utilize este valor como referência de proposta, mesmo que seu preço real seja inferior. Este comportamento é muito comum, notadamente quando se adota o procedimento de lances, sem desclassificação das propostas com valores mais elevados, característico do pregão eletrônico. A possibilidade de reduzir, ou não, sua proposta através de lances sucessivos, de acordo com o nível de competitividade do certame e a necessidade, garante um incentivo à maximização dos preços, no momento da apresentação das propostas, sem risco de desclassificação. Noutro diapasão, sem a baliza do preço máximo estimado, as propostas podem representar, com maior fidedignidade, o preço que o mercado oferece para tal pretensão contratual. Assim, com o orçamento sigiloso, sem a referência máxima informada pela Administração, os licitantes tenderiam a apresentar propostas de acordo com

suas próprias estimativas, deixando de usar a referência maior para maximizar seus lucros. [...]

Em uma licitação pública, na qual existe sigilo do orçamento estimado para a contratação, dependendo da modelagem do certame, a racionalidade econômica do fornecedor é oferecer o preço mais baixo e as melhores condições, para vencer a licitação, pois não há referência de valor disponível de dispêndio. Noutro prumo, quando a estimativa de custos é publicada e a Administração indica o máximo que está disposta a pagar, a racionalidade econômica do fornecedor pode se alterar. [...]

Ademais, esse ônus para que os licitantes estimem seus custos para apresentar suas propostas, antes da licitação, pode ser um fator importante para que licitantes deixem de apresentar propostas com preços inexequíveis, evitando posteriores frustrações contratuais, tão prejudiciais à Administração Pública.

Ainda, segundo Renila Lacerda Bragagnoli, "o instituto do orçamento sigiloso tem, via de regra, a função de mitigar a assimetria de informações entre o mercado privado e a Administração Pública, sendo também uma forma de combater os cartéis e os conluíus entre as licitantes." (Orçamento sigiloso: quando utilizar e quando não utilizar? Disponível em: <https://portal.solicita.com.br/Noticia/17455>. Acesso em 03 jul. 2023). Dentre as vantagens do orçamento sigiloso, é referido pela doutrina que, com ele, busca-se equiparar a chamada "assimetria de informações", ou seja, o órgão não sabe o preço mínimo do fornecedor e ele também não sabe o preço máximo. Isso pode gerar vantagem econômica na contratação de modo que o preço máximo estimado pelo órgão não sirva como um parâmetro para que os licitantes ofertarem as suas propostas aplicando apenas um percentual de redução de valores, muitas vezes, sem trabalho técnico e responsável e sem analisar detidamente todos os elementos do Edital.

Uma grande vantagem é que, quando da adoção do orçamento sigiloso, as empresas consultadas deverão apresentar sua proposta com base em suas próprias estimativas de custos, deixando de usar a referência de preços que a Administração disponibilizou. Força-se, assim, que as empresas consultadas a fornecer orçamento tenham uma área profissional de orçamentação/custos, capaz de formar o preço de mercado da empresa para aquela realidade de contratação. E o que estimula inclusive os futuros proponentes.

Sua utilização é lastreada no interesse público de se alcançar a melhor contratação, mediante a competitividade em busca da proposta mais vantajosa.

No mais, as licitações com base na Lei nº 8.666/93 não terem essa previsão quanto a divulgação preliminar do valor estimado da contratação, não se constatou prejuízos às contratações realizadas por esta Secretaria até então.

Outro ponto a ser exposto é que, conforme já assentado pelo TCU (Acórdão 3011/2012 – Plenário), a adoção do orçamento sigiloso é medida discricionária, devendo o gestor adotar quando entender que essa restrição implicará na obtenção da proposta mais vantajosa, sendo de igual maneira discricionária.

É, portanto, recomendável sua utilização quando embasada no interesse público de se alcançar a melhor contratação, mediante a competitividade em busca da proposta mais vantajosa.

Como desvantagens de se manter público o valor estimado da contratação (bem como dos parâmetros que foram utilizados para sua composição):

- Limitação da concorrência: a divulgação do valor estimado da contratação pode limitar a concorrência, uma vez que os fornecedores podem ajustar seus preços de acordo com o valor divulgado, em vez de oferecerem preços mais competitivos;
- Risco de sobrepreço: a divulgação do valor estimado da contratação pode levar a um risco de sobrepreço, uma vez que os fornecedores podem ajustar seus preços de acordo com o valor divulgado, em vez de oferecerem preços mais justos em relação ao mercado;
- Dificuldade de ajuste do valor: a divulgação do valor estimado da contratação pode limitar a capacidade da administração pública de ajustar o valor ao longo do tempo, caso haja mudanças nas condições do mercado ou nas necessidades da administração pública;
- Risco de desequilíbrio econômico-financeiro: a divulgação do valor estimado da contratação pode levar a um desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, uma vez que o preço é fixado previamente e não há garantia de que o fornecedor será capaz de cumprir com suas obrigações ao longo do tempo.

No Direito Europeu, tal como construído pelo Tribunal de Justiça da União Europeia, considera-se que o excesso de transparência pode acarretar prejuízos para a licitude da licitação (SANCHEZ-GRAELLS, Albert. The difficult balance between transparency and competition in publicprocurement: some recent trends in the case law of the European Courts and a look at the new directives University of Leicester School of Law Research Paper No. 13-11. 2013. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2353005>. Access in: 11 Mar. 2017.p. 13), o que torna extremamente frágil o dito potencial da divulgação preliminar do valor estimado da contratação. Assim, demonstra-se que os riscos associados à manutenção do sigilo mostram-se menos prejudiciais ao Poder Público.

De acordo com o Acórdão do TCU nº 2080/2012 - Plenário, o Ministro José Jorge afirmou que é firme o entendimento do TCU de que a administração não está obrigada a anexar ao edital o orçamento de referência da licitação e de que seria necessário apenas constar o documento do respectivo procedimento administrativo, conforme interpretação da Lei nº 10.520/2002. Nessa mesma decisão, afirma José Jorge que, embora a ampla publicidade seja imperativa na administração Pública, no caso tratado, de diferimento da publicação das informações do orçamento estimativo, o acesso ao orçamento colidiria com outros princípios não menos importantes, como o da busca da proposta mais vantajosa para a administração e, consequentemente, a reserva do seu conteúdo não viola o princípio da publicidade, nem mesmo o seu propósito de assegurar o controle pela sociedade da legalidade e da legitimidade dos atos administrativos. No relatório da decisão ora comentada traz uma justificativa pela qual, nesse caso, o acesso ao orçamento colidiria com a busca pela proposta mais vantajosa. Trata-se de verificação empírica da eficiência da utilização do sigilo

dos orçamentos. Conforme informações apresentadas pelo FNDE, em síntese de resultados de licitações realizadas por meio de pregão com sistema de registro de preços, a não divulgação do orçamento estimado na fase interna (ou melhor, sua postergação) acabou por gerar descontos significativos em relação ao valor estimado. (A contribuição do orçamento sigiloso para a eficiência das licitações e contratações públicas: uma análise a partir das decisões do TCU. Disponível em: <https://periodicos.unichristus.edu.br/opiniojuridica/article/view/2248/981>. Acesso em: 3 jul. 2023)

De forma semelhante é a justificativa quanto a informar no Termo de Referência "qual ou quais dos parâmetros elencados no art. 23 da Lei 14.133/21 foi ou foram utilizados para calcular o valor estimado da contratação", uma vez que, os valores estimados para a aquisição, bem como suas memórias de cálculo estarão discriminados no presente processo, após a conclusão da pesquisa de preços. A disposição contida no art. 6º, inc. XXIII, "I", da Lei nº 14.133/2021, fará parte do processo de Requisição de Compras, junto ao documento "Orçamentos Planilhados" onde estará previsto a "estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos". Ou seja, atendendo o previsto em Lei. Não há como tratar do processo de compras como várias fases individualizadas, pois o resultado final é único, então, considerando a lisura do mesmo não se constata óbice quanto a informação estar junta a outro documento que compõe a contratação.

Aliás, a justificativa ainda para que não seja elencado, já no Termo de Referência, diga-se no momento da pesquisa de mercado para a formação do valor estimado da contratação, segue a mesma linha de raciocínio já exposto acima quanto ao orçamento sigiloso que não é divulgado preliminarmente, para não influenciar a possível pesquisa junto ao mercado fornecedor.

Considerando o bojo trago até então, conclui-se que, deve-se tratar o "sigilo" como um instrumento de maior eficiência às contratações públicas. A postergação da divulgação do valor estimado e dos parâmetros de sua composição, em que pese não afastar a importância de sua estimativa (e que será feito dentro do processo, após a pesquisa de mercado), auxilia quanto ao atendimento de uma maior vantagem à Administração Pública.

Assim, se tratando de uma perspectiva econômica, o "caráter sigiloso" do orçamento, dos parâmetros de composição dos valor(es) estimado(s) pode(m) ter o intuito de induzir melhores propostas, atendendo aos princípios da competitividade, da eficiência e da economicidade, buscando evitar que o preço de reserva da Administração influencie um alinhamento das propostas apresentadas.

No mais o processo de compras ele é público, podendo o interessado a qualquer momento após sua publicação do Edital solicitar acesso a documentação que lhe dá base, não trazendo assim qualquer prejuízo quanto a transparência.

No mais não há prejuízo à competitividade, considerando que posteriormente, quando da publicação do Edital, será publicado juntamente o valor estimado da contratação.

Para que não haja interferência na pesquisa de preços, que inclusive poderá ser realizada junto aos fornecedores, nos termos da Lei nº 14.133/2023 e Instrução Normativa nº 04/2022 da Secretaria de Administração e Planejamento, optou-se por não divulgar os valores estimados no Termo de Referência, bem como não se demonstra vantajoso a divulgação dos parâmetros que irão serem utilizados para a composição do valor médio.

4 – JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO (OU NÃO) DA SOLUÇÃO

4.1 - Considerando o objeto da presente contratação, temos que é inviável a divisão do mesmo, não podendo ser parcelado, devido ao fato de que, o parcelamento (em que pese ser a regra), não se demonstra vantajoso para a contratação em tela (considerando a possibilidade de discrepância quando da entrega do produto final - incompatibilidade de peças no ato do encaixe p. ex.), bem como quanto a um melhor aproveitamento de mercado (parcelamento poderá causar um desinteresse) ou inclusive de competitividade;

4.2 - A justificativa para o não parcelamento do objeto fora desta forma definida objetivando-se o melhor preço para a Administração Pública, devido ao fato de que, o parcelamento poderá causar desinteresse do mercado e consequentemente da competitividade, não haverá perda de economia de escala, bem como de igual forma, não haverá comprometimento técnico e econômico no caso, pelo contrário, considerando a necessidade da entrega dos serviços prontos, o parcelamento poderá prejudicar o resultado final pretendido, sendo assim, o não parcelamento, neste caso demonstrando-se como mais vantajoso para a Administração Pública.

5 - DEMAIS ITENS DO ARTIGO 18, §1º DA LEI 14.133/2021

5.1 - Demonstração da previsão da contratação no Plano de Contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

O Plano de Contratações Anual foi dispensado por meio do Decreto nº 51.742/2022 (0015231852), que aprovou a Instrução Normativa nº 04/2022 (0015231284), sendo necessária sua elaboração somente no exercício de 2024:

Art. 9º. O Plano de Contratações Anual - PCA poderá ser exigido a partir do exercício de 2024, caso em que os Documentos de Formalização de Demanda deverão ser encaminhados até 01 de abril de 2023.

Assim, informamos que muito embora não exista o Plano de Contratações Anual para o ano de 2023 e 2024, a contratação está prevista no plano de ações desta Secretaria.

A contratação encontra amparo na Lei nº 8.993, de 31 de agosto de 2021, que dispõe sobre a revisão do PPA - Plano Plurianual 2022-2025 do Município de Joinville - Processo 21.0.187194-1.

5.2 - Requisitos da Contratação: para a presente contratação, devem ser atendidos os seguintes requisitos mínimos.

a) Requisitos mínimos

- Especificações técnicas dos produtos a serem adquiridos;
- Deverá ser realizado o devido dimensionamento adequado das calhas, rufos, pingadeiras e conexões, conforme o caso e conforme a estrutura, a ser capaz de lidar com o volume esperado de água e canalizá-la efetivamente para fora da estrutura da unidade;
- Uma vez instaladas as calhas, rufos, pingadeiras e conexões, não deverão apresentar vazamentos e/ou infiltrações para a estrutura física (conforme o caso).
- Delimitação dos prazos de instalação;
- Definição dos locais de instalação;
- Todas as despesas decorrentes do transporte e entrega do objeto correrão por conta da empresa CONTRATADA;
- Assumir integral responsabilidade pelos danos decorrentes deste fornecimento, inclusive perante terceiros;
- A CONTRATADA deverá arcar, sem ônus para a CONTRATANTE, com o custo do fornecimento de materiais de instalação que são considerados aqueles que se consomem à primeira aplicação, empregados em pequenas quantidades com relação ao valor dos serviços, tais como: lixas, estopas, panos, pregos, parafusos, fitas e outros necessários à execução dos serviços;
- A CONTRATADA deverá fornecer todas as ferramentas, instrumentos e equipamentos necessários à perfeita execução do serviço, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, assumindo inteira responsabilidade pelo seu uso, guarda e conservação, indenizando todo e qualquer dano e prejuízo pessoal e/ou material que dela possam advir, direta ou indiretamente;
- Transportar, sempre que necessário, as suas expensas, seus funcionários, peças, ferramentas e equipamentos até as dependências da CONTRATANTE;
- Deixar livre de restos/entulhos os locais ao final da instalação/realização dos serviços;

b) Critérios e Práticas de Sustentabilidade

- Atender a toda e qualquer legislação ambiental/sustentabilidade que possa incidir sobre o objeto da presente contratação, inclusive quando de sua execução; e,
- Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir.

c) Padrões mínimos de qualidade

- A CONTRATADA deverá dispor de equipe suficiente para atender o objeto desta contratação;
- A CONTRATADA deverá possuir responsável técnico com atribuição para desempenhar as atividades referentes aos serviços contratados;
- Fornecer mão-de-obra especializada, mantendo quadro de pessoal técnico qualificado para realização dos serviços, devidamente uniformizados com a identificação da CONTRATADA;
- Deverá ser realizado o devido dimensionamento adequado das calhas, rufos, pingadeiras e conexões, conforme o caso e conforme a estrutura, a ser capaz de lidar com o volume esperado de água e canalizá-la efetivamente para fora da estrutura da unidade;
- Uma vez instaladas as calhas, rufos, pingadeiras e conexões, não deverão apresentar vazamentos e/ou infiltrações para a estrutura física (conforme o caso).
- Demais itens previstos acima, na letra "a", "requisitos mínimos".

Poderão haver novos requisitos inclusos no futuro Termo de Referência, considerando o presente documento ser algo preliminar a delimitação das condicionantes da contratação, por este motivos aqui, retrata-se como "requisitos mínimos" da contratação.

5.3 - Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar

5.3.1 - Quanto ao objeto, em linhas gerais visando atender a necessidade da contratação, de garantir a preservação da estrutura física das unidades escolares (evitando-se infiltrações, rachaduras, mofo, fungos) e corrosão do solo com o impacto direto da água no solo, direcionando-se adequadamente a água oriunda das chuvas, a utilização (instalação) de calhas é o indicado para os telhados. No caso, as calhas e conexões de alumínio são mais resistentes, maior durabilidade e menos manutenção frente as demais opções de mercado tais como calhas de plástico ou de qualquer outro material.

5.3.2 - Quanto a contratação em si, temos as seguintes soluções:

Solução 1: Própria Secretaria realizar os serviços

Não é uma alternativa viável.

A Secretaria não possui mão-de-obra qualificada para a realização deste tipo de serviço(s) (reparos e instalação de calhas e afins). De igual forma não possui o material necessário para tal finalidade.

Desta forma, se faz necessário, não somente a contratação da mão-de-obra, bem como da aquisição dos insumos para a realização dos serviços. Sem contar o fato ainda da necessidades das ferramentas e equipamentos e EPIs, para a realização dos serviços em altura. O que só seria possível através de processos licitatórios, o que demandaria uma longa espera, uma vez que diante de todos os trâmites burocráticos, previstos em Lei.

Em que pese aparentar se a alternativa mais econômica, considerando as contratações ocorrerem por item e mão-de-obra em separado, não traz essa garantia de economia e de eficiência, pois as contratações em separado podem ocorrer que haja itens que no momento da execução possam não ser fornecidos e assim travar a execução dos serviços. Ou outro fato, uma licitação sair e a outra não, o que de igual forma, não atenderia o interesse público envolvido.

Solução 2: Contratar empresa especializada em reparos e instalação de calhas e afins

Uma outra solução possível, seria a contratação de uma empresa especializada na prestação deste tipo de serviço e que possa simultaneamente fornecer os insumos.

Esta, se demonstra ser a alternativa mais viável, uma vez que agrega mão-de-obra qualificada, capacidade e em quantidade o suficiente para atender a demanda, bem como juntamente o fornecimento dos insumos necessários. Em que pese não aparentar num primeiro momento ser a alternativa mais barata, esta demonstra um desempenho melhor quanto a futura eficiência e gestão do contrato, uma vez que, essa centralização agrega padrão ao serviço final prestado, bem como agilidade no atendimento. Sem contar o fato de não depender de outros contratos para a execução dos serviços.

Conclusão: Portanto, diante das opções de mercado apresentadas, comparando-se as soluções encontradas, de forma objetiva, a mais vantajosa para a Administração Pública sob os aspectos da conveniência, economicidade e eficiência é a **contratação de empresa especializada, com capacidade técnica suficiente para o serviço de reparos (retirada/instalação) e fornecimento de calhas, rufos, pingadeiras, condutores em alumínio e demais acessórios para as unidades atendidas pela Secretaria de Educação.**

5.4 - Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso.

Considerando os elementos tragos ao presente processo/documento, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido a **contratação de empresa especializada, com capacidade técnica suficiente para o serviço de reparos (retirada/instalação) e fornecimento de calhas, rufos, pingadeiras, condutores em alumínio para as unidades administrada pela Secretaria de Educação.**

5.5 - Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

Os resultados pretendidos com a presente contratação não estão atrelados apenas a termo de economicidade e de aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros, mas principalmente ao interesse público a ser atendido, que muitas vezes não está diretamente interligado a todas essas questões.

Entretanto, aqui relevante constar que, os resultados pretendidos a todos os níveis (economicidade, aproveitamento de recursos - seja de qualquer espécie) estão atrelados ao atendimento da necessidade da existente e da formatação da contratação, no sentido que estão previstos nos demais tópicos deste termo.

Em termos de economicidade e melhor aproveitamento de recursos materiais e financeiros temos que, ao contratar uma empresa especializada, você garante que a instalação das calha seja feita corretamente desde o início. Isso evita problemas futuros, como vazamentos e danos estruturais, que poderiam resultar em gastos adicionais com reparos e manutenção. Sem contar o fato do aumento de durabilidade das calhas, lhes fornecendo uma vida útil mais longa, reduzindo a necessidade de substituição frequente, economizando-se dinheiro a longo prazo, sem contar o fato de um melhor aproveitamento dos recursos humanos, uma vez que, com menos manutenções, menos pessoal necessário para a atividade.

Ainda agrega quanto a prevenção de danos estruturais, calhas mal instaladas podem causar danos à estrutura da edificação, como infiltrações e umidade excessiva, que podem gerar gastos significativos com reparos e recuperação da estrutura.

Há ainda como benefícios:

- Fornecer melhor segurança aos usuários, diante da confiabilidade da estrutura;
- Preservação da saúde dos usuários (evitando-se o mofo e fungos nos espaços escolares);
- Atendimento as condições de higiene e salubridade conforme normas da Vigilância Sanitária;
- Melhora nas espaço físico escolar, propiciando melhores condições de mobilidade em dias de chuva para os usuários;
- Proteção dos alicerces e porões: Ao direcionar a água para longe da fundação, as calhas ajudam a prevenir a acumulação de água nos alicerces e porões, reduzindo o risco de infiltrações e danos estruturais relevantes;
- Em alguns casos, as calhas podem ser conectadas a sistemas de coleta de água da chuva, permitindo o aproveitamento desse recurso para fins não potáveis, como irrigação de jardins e descarga de vasos sanitários. Isso pode ajudar a reduzir o consumo de água potável;
- Eficiência energética: calhas bem instaladas ajudam a evitar o acúmulo de água nos telhados, o que pode levar ao aumento da umidade e, consequentemente, ao aumento do consumo energético para manter o ambiente seco e livre de mofo. Ao garantir que a água seja direcionada adequadamente, você pode reduzir os custos com energia relacionados à climatização e desumidificação.

Ou seja, tudo isso agrega, quanto a melhor aproveitamento de recursos humanos, materiais, financeiros e de economicidade ao final.

5.6 - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

Não há necessidade de providências adicionais.

A Secretaria de Educação dispõe de corpo técnico capacitado tanto para fiscalização como para a gestão contratual da futura contratação.

Desta forma, não há, num primeiro momento, ações que devem ser executadas pela Administração antes da formalização da futura contratação, com vistas à correta execução contratual.

5.7 - contratações correlatas e/ou interdependentes;

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

5.8 - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

A erosão pode ser tida como um possível impacto ambiental. A água da chuva em queda livre dos telhados de forma desordenada pode causar erosão do solo, podendo causar futuros transtornos. A medida mitigadora para tal questão é justamente a instalação adequada das calhas, para o direcionamento correto do fluxo de água, inclusive de forma mais eficiente.

As calhas ajudam a controlar o fluxo da água da chuva, evitando que ela caia em jorros diretamente no solo próximo ao edifício. Isso reduz a erosão do solo e ajuda a manter a estabilidade do terreno ao redor da construção.

Além, ao redirecionar o fluxo de água da chuva, as calhas evitam que ela cause danos às plantas, arbustos e paisagismo ao redor do edifício. Isso ajuda a manter a beleza e a integridade do jardim e da flora ao redor da unidade.

No mais, o devido direcionamento da água da chuva pode permitir o devido reaproveitamento da água da chuva, dando a oportunidade da implementação de sistemas de captação e reutilização da água da chuva coletada pelas calhas, garantindo um consumo consciente da água, evitar-se-á o desperdício, direcionando-a de forma adequada para os sistemas de captação e reuso. Isso resulta em uma redução no consumo de água potável, o que é benéfico tanto para o meio ambiente quanto para a economia.

Outro fato, é que calhas bem instaladas ajudam a evitar o acúmulo de água nos telhados, o que pode levar ao aumento da umidade e, consequentemente, ao aumento do consumo energético para manter o ambiente seco e livre de mofo. Ao garantir que a água seja direcionada adequadamente, você pode reduzir os custos com energia relacionados à climatização e desumidificação.

Assim, há como requisitos para a contratação que seja atendida a toda e qualquer legislação ambiental/sustentabilidade que possa incidir sobre o objeto da presente contratação, inclusive quando de sua execução; e, que se promova a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir.

6 – CONCLUSÃO - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE (OU NÃO) DA CONTRATAÇÃO (OBRIGATÓRIO)

6.1 - Análise dos riscos

Nº	A - Identificação de riscos (processo de busca, reconhecimento e descrição de riscos, que envolve a identificação de suas fontes, causas, etc.) - considerar todas as fases da contratação (planejamento, seleção do fornecedor e execução)	Nível	B - Análise de riscos (compreensão das causas e consequências imediatas, envolvendo a consideração detalhada de incertezas, fontes de risco, cenários, controles e sua eficácia)	Nível	C - Avaliação de riscos (processo que visa apoiar decisões sobre como responder a riscos e que envolve a comparação de resultados da análise de riscos com a assunção deste pela Administração Municipal, ponderando a probabilidade de ocorrência e o impacto)	D - Tratamento de riscos (qualquer ação adotada para lidar com risco)	Conduta
1	Não previsão no Plano de Contratação Anual e Plano Orçamentário	1	Impactos de ordem orçamentária, entretanto, afetam a contratação	1	Baixo	Ajustar o PCA vigente. Planejar com atencendências as demandas	Mitigar
2	Morosidade devido aos trâmites burocráticos para efetivar a contratação	3	Considerando todos os trâmites oriundos das Leis de regência das contratações públicas, podem haver entraves durante a análise e efetivação da contratação. Consequentemente não atender ao interesse público em tempo	3	Alto	Antecipar as contratações. Haver planejamento para que a contratação ocorra em tempo. Priorizar agilidade nas análises e tramitações do processo na fase interna	Mitigar
3	Ausência de estudos preliminares e imprecisão das definições na construção do processo de compras	1	Especificações insuficientes ou incompletas podem prejudicar a contratação. Com definições imprecisas poderá causar desinteresse do mercado, não se contratar o suficiente ou se contratar além do necessário. Não se atenderia de forma plena o interesse público	3	Médio	Capacitar os servidores envolvidos. Escolher servidores com aptidão com o objeto a ser contratado	Mitigar
	Servidores em quantidade ou		Especificações incompletas ou com requisitos			Aumentar o número de servidores envolvidos, bem	

4	qualificação inadequada - servidores não detêm as competências multidisciplinares necessárias	2	irrelevantes ou indevidamente restritivos. Assim não alcançar-se-á os objetivos pretendidos com a contratação	2
5	Pesquisa de mercado insuficiente	2	Subestimada as opções de mercado, o que poderá causar restritividade no futuro certame licitatório. Bem como imprecisão do valor médio para a contratação	3
6	Ausência de Gerenciamento de Risco (permite ações contínuas de planejamento, organização, fiscalização dos riscos que possam comprometer a execução do Contrato)	2	Imprevisibilidade dos resultados esperados. O atendimento aos objetivos pretendidos é relativizado	1
7	Cotações de preços para formação do preço médio da contratação elevados ou demasiadamente baixos	2	Prejuízo ao erário Público ou desinteresse de mercado	2
8	Quantitativo subestimado ou superestimado	2	Não atendimento ao interesse público pela insuficiência da quantidade ou desperdício de dinheiro público no caso de superestimada a quantidade	3
9	Ausência de recursos orçamentários	2	Indisponibilidade orçamentária impedindo contratação ou inviabilizando o contrato, gerando prejuízo à Administração.	4
10	Falta de interessados no futuro certame licitatório	3	Não atendimento ao interesse público em tempo. Retrabalho quanto a construção de novo processo e revisão dos critérios contidos anteriormente.	4
11	Impugnação do Edital ou documento equivalente	2	Suspensão ou revogação do certame licitatório. Não atendimento ao interesse público no que se refere a elaboração do processo licitatório. Dependendo do resultado final, pode culminar em retrabalho quanto a construção de novo processo e revisão dos critérios contidos anteriormente.	3
12	Licitação fracassada ou deserta	2	Não atendimento ao interesse público em tempo. Retrabalho quanto a construção de novo processo e revisão dos critérios contidos anteriormente.	4
13	Apresentação de recurso quanto ao resultado final da licitação	2	Não atendimento ao interesse público em tempo. Dependendo do resultado, por gerar retrabalho quanto a construção de novo processo e revisão dos critérios contidos anteriormente.	2
14	Proposta inexecuível por	2	Atendimento parcial ou não atendimento em sua totalidade ao objeto da contratação. O que pode	3

Médio	como capacitar os servidores que participarão do planejamento e construção do processo de compras	Evitar
Médio	Capacitar o(s) responsável(is) pelo planejamento e construção do processo de compras. Ampliar a pesquisa de mercado	Evitar
Baixo	Capacitar o(s) responsável(is) pelo planejamento e construção do processo de compras	Evitar
Médio	Capacitar o(s) servidor(es) responsáveis pela pesquisa de preços. Realizar ampla pesquisa de mercado	Evitar
Médio	Capacitar o(s) responsável(is) pelo planejamento e construção do processo de compras. Realizar um amplo mapeamento de necessidades	Evitar
Alto	Antes das contratações fazer reserva orçamentária para tal finalidade (LOA) ou se for o caso realizar a reprogramação orçamentária	Evitar
Alto	Ampla pesquisa de mercado para definição clara nos termos dos instrumentos de contratação. Ampla divulgação do Edital	Evitar
Médio	Construir o processo de compras de forma adequada (tecnicamente se falando) com ampla pesquisa de mercado com exposição clara das condicionantes e especificidades da contratação	Evitar
Alto	Ampla pesquisa de mercado para definição clara dos termos do instrumento de contratação. Fazer análise do histórico de contratações neste sentido com objeto idêntico ou similar. Ampla divulgação do Edital	Evitar
Médio	Realizar adequada instrução processual	Mitigar
Médio	Solicitar documentos de habilitação de forma suficiente a	Transferir

14	parte da(s) Contratada(s)	2	contratação. O que pode inclusive gerar a necessidade de novo processo licitatório	5
15	Contratada(s) se recusar(em) a assinar(em) o Contrato	2	Impossibilidade de contratar. Desistência quanto ao atendimento ao objeto da contratação. Necessidade de uma nova contratação	5
16	Contratada(s) sem capacidade técnica para atender(em) ao objeto da contratação	2	Atendimento parcial ou não atendimento em sua totalidade ao objeto da contratação	4
17	Descumprimento da entrega / descumprimento quanto aos prazos de entrega / realização do serviço (conforme o caso)	3	Atendimento parcial ou não atendimento em sua totalidade ao objeto da contratação	4
18	Falha no fornecimento / na prestação do(s) serviço(s) (conforme o caso) - inexecução parcial ou total	3	Descumprimento contratual. Não atendimento ao interesse público, seja de forma parcial ou total	3
19	Ausência de acompanhamento e fiscalização do futuro contrato	1	Distorções na execução do objeto contratado. Inexecução contratual. Não atendimento de forma plena a demanda	1
20	Responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato não possuir competência multidisciplinar necessárias para a atividade	2	Não fiscalização adequada do objeto da contratação. Passível de inexecução contratual. Não atendimento de forma plena do interesse público	1

Classificação dos Riscos

Medio	controlar a proposta apresentada. Realizar diligências se necessário	Transferir
Alto	Elaborar Estudo Técnico Preliminar, Análise de Riscos e Termo de Referência que apresentem estudo comparado realizado e de forma a atender às reais necessidades de negócio e com preços e prazos viáveis para o mercado	Mitigar/transferir
Alto	Ampla pesquisa de mercado para definição clara dos termos do instrumento de contratação, bem como disposição de sanções e penalidades no Edital visando evitar empresas inaptas de participar da licitação. Sem contar o fato da necessidade da avaliação da capacidade técnica da empresa.	Mitigar/transferir
Alto	CAF fiscalizar e estar atenta quanto a execução contratual. Se necessário notificar ou aplicação das devidas penalidades, no caso de descumprimento	Mitigar/transferir
Alto	Estar atento a empresa Contratada. Verificar constantemente a regularidade fiscal e demais documentação correlata. Notificar a Contratada. Dependendo o caso, a aplicação das penalidades previstas no Contrato	Mitigar/transferir
Baixo	Capacitar e orientar a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato quanto a importância da rotina na fiscalização. Se for o caso, substituir o(s) servidores que fazem parte da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento	Mitigar
Baixo	Capacitar e orientar a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato quanto a importância da rotina na fiscalização. Se for o caso, substituir o(s) servidores que fazem parte da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento	Mitigar
	Fiscalizar rotineiramente as	

21	Contratada(s) não manter(em) a regularidade fiscal durante a execução do contrato	2	Falha na prestação na execução do objeto contratado (sem receber, a Contratada pode suspender o fornecimento e/ou prestação dos serviços - conforme o caso)	2
22	Extinção contratual por descumprimento	2	Não atendimento ao interesse público. Paralisação do fornecimento e/ou prestação do(s) serviços. Necessidade de uma nova contratação	5
23	Alteração do escopo da contratação	1	Descumprimento contratual. Não atendimento ao interesse público, seja de forma parcial ou total	3
24	Falência da empresa(s) Contratada(s)	3	Não atendimento ao interesse público seja parcial ou total	4
25	Divergência com a contratada sobre o fornecimento e/ou da instalação (conforme o caso) no momento da execução	1	Descumprimento contratual. Não atendimento ao interesse público, seja de forma parcial ou total	2
26	Realizar as instalações de forma inadequada	2	Pode gerar vazamentos, infiltrações, mau direcionamento da água, entupimentos frequentes e danos à estrutura física das unidades, gerando futuros prejuízos à Administração Pública	2
27	Uso de materiais de baixa qualidade	2	Pode gerar a deteriorização, corrosão, quebras ou deformações precoce das calhas, rufos, pingadeiras e conexões, podendo gerar danos à estrutura física das unidades	3
28	Empresa não possuir todas as ferramentas, equipamentos e EPIs para realizar os serviços	2	A Contratada pode não conseguir realizar os serviços de forma célere e adequada, podendo ao final apresentar deformações, vazamentos, prejudicando o alcance dos objetivos propostos	3
29	Riscos de quedas e lesões dos funcionários da Contratada - Acidentes de trabalho	2	Pode ser necessária a paralisação dos serviços. De igual forma, pode gerar processos de indenização indevidos seja pela falta de experiência do funcionário	3

Médio	condições fiscais e tributárias da Contratada. Notificar a contratada. Dependendo o caso, a aplicação das penalidades previstas no Contrato	Transferir
Alto	CAF estar atenta rotineiramente quanto a execução contratual, buscando evitar descumprimentos que culminem na extinção contratual. Notificar a contratada. Dependendo o caso, a aplicação das penalidades previstas no Contrato	Transferir
Médio	CAF estar atenta rotineiramente quanto a execução contratual, buscando evitar descumprimentos que culminem na alteração do escopo da contratação. Notificar a contratada. Dependendo o caso, a aplicação das penalidades previstas no Contrato	Mitigar/transferir
Alto	Fiscalização constante. Contratação emergencial e nova licitação	Mitigar/transferir
Baixo	CAF estar atenta ao cumprimento das exigências e condições da contratação. Notificar a contratada. Dependendo o caso, a aplicação das penalidades previstas no Contrato	Mitigar/transferir
Médio	A CAF fiscalizar a execução dos serviços, se realizados da forma como o esperado. Caso contrário notificar a Contratada	Transferir
Médio	A CAF fiscalizar a execução dos serviços, se realizados da forma como o esperado. Caso contrário notificar a Contratada	Transferir
Médio	A CAF fiscalizar a execução dos serviços, se realizados da forma como o esperado e com a utilização das ferramentas, equipamentos adequados a cada tipo de serviço. Caso contrário notificar a Contratada	Transferir
Médio	CAF verificar se a Contratada possui todos os EPIs necessários para a realização dos serviços. Se for o	Transferir

			ou da falta de treinamento por parte da Contratada					caso notificar a Contratada	
30	Risco de falta de manutenções periódicas	2	Causar entupimentos, vazamentos que podem afetar o solo e estrutura física das unidades	2			Médio	A Contratante deve gerenciar sua estrutura física a mantê-la em condições de uso. Fazer manutenções periódicas	Mitigar
31	Fortes intempéries (chuvas torrenciais, ciclones, etc)	3	Estes eventos podem causar sérios danos às calhas, de forma imprevista e em grande volume o que pode afetar a realização dos serviços em prazo razoável para atender a demanda.	2			Médio	CAF monitorar as condições climáticas, verificar se as calhas não estão entupidas, com vazamentos ou dobradas, visando mitigar os efeitos de chuvas torrenciais	Aceitar
						Risco Geral	Médio		
Probabilidade (P)			Impacto (I)			Classificação dos Riscos		Possibilidade de Tratamento dos Riscos	
Índice	Descrição	Nível	Índice	Descrição	Nível	Pontuação (A x B / P x I)	Risco	Conduta	Descrição
Raro	Evento extraordinário. Acontece apenas em situações excepcionais. Não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência.	1	Muito Baixo	Não afeta o objetivo. Compromete minimamente o atingimento do objetivo. Para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultado.	1	15 a 25	Muito Alto	Evitar	Descontinuar a atividade, interromper o processo de trabalho.
Pouco provável	Evento casual, inesperado. Existe histórico de ocorrência. O histórico conhecido aponta para a baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo.	2	Baixo	Afeta pouco o objetivo. Compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do objetivo/resultado.	2	8 a 12	Alto	Transferir	Compartilhar o risco com terceiros, como no caso dos seguros.
Provável	Evento esperado de frequência reduzida. Histórico parcialmente conhecido. Repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios que possa ocorrer nesse horizonte.	3	Médio	Torna incerto ou duvidoso o alcance do objetivo. Compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultado.	3	3 a 6	Médio	Mitigar	Desenvolver e implementar medidas para evitar que o risco se concretize e/ou medidas para atenuar o impacto e as consequências, caso ocorra.
Muito provável	Evento usual de frequência habitual. Histórico amplamente conhecido. Repete-se com elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há indícios que ocorrerá nesse horizonte.	4	Alto	Torna improvável o alcance do objetivo. Compromete a maior parte do atingimento do objetivo/resultado.	4	1 e 2	Baixo	Mitigar/transferir	Desenvolver e implementar ambas as medidas: mitigar e transferir
Destinatários	Evento que se repete seguidamente. Interfere no ritmo das atividades		Muito	Capaz de impedir o alcance do objetivo.			Muito		Não há necessidade de adotar quaisquer

Praticamente certo	atividades. Ocorrência quase garantida no prazo associado ao objetivo.	5	Alto	Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultados.	5	0	Alto Baixo	Aceitar	medidas. Considerar se é o caso de monitorar ao longo do tempo.
--------------------	--	---	------	---	---	---	------------	---------	---

6.2 - Histórico de licitações (se houver)

Vide **subitem 2.3.**

6.3 - Para proceder à análise da viabilidade da contratação, esta deve atender positivamente os seguintes critérios:

Parâmetro considerado	Sim	Não	Observação / Comentário
1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico?	X		
2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no mercado?	X		
3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária?	X		
4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e longo prazo?	X		
5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave)	X		Médio
6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares.	X		Vide subitem 6.1, acima
7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos?	X		Vide subitem 6.1, acima

Conclusão:

a) Com base nas informações levantadas durante este estudo, a Equipe/Comissão de Planejamento entende ser viável a solução (é a Contratação de empresa especializada em reparos (retirada/instalação) e fornecimento de calhas, rufos, pingadeiras, condutores em alumínio e demais acessórios para as unidades atendidas pela Secretaria de Educação) descrita no presente Estudo Técnico Preliminar para a presente contratação, vez que se mostrou tecnicamente a mais adequada à necessidade e fundamentadamente atendendo ao interesse público.

b) No mais, diante de todas as informações colhidas no presente documento demonstra que há adequação (alinhamento) da solução escolhida frente a necessidade a ser atendida.

7 - Anexo - Checklist do Estudo Técnico Preliminar

°	Requisitos	Sim	Não	Não se aplica	Observações
1*	Consta no ETP a descrição clara e objetiva, devidamente fundamentada da necessidade da contratação	X			
2	A contratação foi indicada no Documento de Formalização de Demanda	X			
3	Descrição dos requisitos da contratação	X			
3.1	Foi analisado o critério de sustentabilidade	X			
3.2	Foi analisada a necessidade de garantia, treinamento e instalação	X			
3.3	Foi analisada a indicação dos padrões mínimos de qualidade, de forma a permitir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração	X			
4	Levantamento de mercado, com a justificativa técnica e econômica	X			
4.1	Foram consideradas as contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como a iniciativa privada?	X			
4.2	Foi realizada audiência e/ou consulta pública, preferencialmente na forma eletrônica, para coleta de contribuições		X		
4.3	Em caso de possibilidade de compra, locação de bens ou do acesso a bens, foram avaliados os custos e os benefícios de cada opção para escolha da alternativa mais vantajosa, prospectando-se arranjos inovadores em sede de economia circular			X	
4.4	Foram consideradas outras opções logísticas menos onerosas à Administração, tais como chamamentos públicos de doação e permutas.		X		
5	Consta no ETP a descrição da solução como um todo, contemplando os requisitos da contratação, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso, acompanhada das justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução.	X			
6*	Consta no ETP estimativas das quantidades para a contratação, e os documentos que lhes dão suporte.	X			
6.1	Foi realizado levantamento das quantidades necessárias juntos às Unidades com vistas a não ocorrer demanda não atendida dentro do planejamento.	X			
7*	Consta no ETP estimativa prévia do valor da contratação, acompanhada dos documentos que lhe dão suporte, podendo ser utilizado como parâmetro o valor das contratações anteriores acrescido/decrecido de percentual considerado pela requisitante como possível acréscimo/decréscimo da demanda.	X			
8*	Consta no ETP justificativas para o parcelamento ou não da solução.	X			
9	Foram consideradas as contratações correlatas e/ou	X			

9	interdependentes à presente contratação.				
10	A contratação está prevista no plano de contratações anual, ou, se for o caso, justificativa da ausência de previsão.			X	Vide subitem 5.1, acima
10.1	Há previsão de custeio da contratação com recursos da União.		X		
10.2	A contratação será obra ou serviço de engenharia.		X		
10.3	Em caso de a contratação ser eventualmente custeada com recursos da União, consta ressalva clara no ETP acerca da impossibilidade de cotação com fornecedores, nos termos do artigo 23, §2º da Lei 14.133/2021.		X		
11	Consta no ETP o demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.	X			
12	Consta no ETP as providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, tais como adaptações no ambiente do órgão ou da entidade, necessidade de obtenção de licenças, outorgas ou autorizações, capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual.	X			
13	Consta no ETP a descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e rejeitos, quando aplicável.	X			
14*	Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina, observando eventual risco da contratação para a Administração.	X			
14.1	Foram analisados os riscos de comprometimento da boa execução contratual, aferindo-se e sanando-se no ETP, de antemão, eventuais questões controversas, erros ou incongruências do procedimento levando em consideração: a) o histórico de licitações, inclusive as desertas ou frustradas; b) contratações anteriores com objeto semelhante.	X			
14.2	Trata-se de contratação que, independentemente do valor, envolve complexidade, singularidade, ou se refere a um modelo de contratação não realizado anteriormente, mas com possibilidade de risco moderado/médio ou superior de dano ao erário. Em caso positivo, consta no ETP ressalva sobre elaboração do Mapa de Riscos para a contratação?		X		

* Os itens em destaque são de preenchimento obrigatório.



Documento assinado eletronicamente por **Marco Robert Klitzke, Gerente**, em 13/12/2023, às 09:32, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0019452281** e o código CRC **EFC93682**.

Rua Itajaí, 390 - Bairro Centro - CEP 89201-090 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br